



Município de Paços de Ferreira

CADERNO DE ENCARGOS GERAL

Fornecimento de sacos de cimento- Paços de Ferreira/Ano 2017



CADERNO DE ENCARGOS

20 /F/2017

**“Fornecimento de sacos de cimento- Paços de Ferreira/ Ano
2017”**



ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

ARTIGO 1.º - OBJECTO.....	3
ARTIGO 2.º - LOCAL DA ENTREGA DOS BENS.....	3
ARTIGO 3.º - DURAÇÃO DO FORNECIMENTO DE BENS.....	3
ARTIGO 4.º - PAGAMENTOS.....	3
ARTIGO 5.º - ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO.....	3
ARTIGO 6.º - SIGILO.....	3
ARTIGO 7.º - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	4
ARTIGO 8.º - PENALIDADES.....	4
ARTIGO 9.º - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR.....	4
ARTIGO 10.º - CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES.....	5
ARTIGO 11.º - RESCISÃO DO CONTRATO.....	5
ARTIGO 12.º - RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....	5
ARTIGO 13.º - PREVALÊNCIA.....	5
ARTIGO 14.º - LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEL.....	5

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

ARTIGO 15.º - PRODUTOS A ADQUIRIR.....	6
ARTIGO 16.º - SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTOS A FORNECER PELO ADJUDICATÁRIO ..	6
ARTIGO 17.º - ENTREGA DE BENS.....	6
ARTIGO 18.º - RELATÓRIOS DE GESTÃO.....	6
ARTIGO 19.º - PREÇO BASE.....	6
ARTIGO 20.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	6
ARTIGO 21.º - CONTAGEM DOS PRAZOS.....	6
ARTIGO 22.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	7

ANEXO A – DESIGNAÇÃO/QUANTIDADES E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS BENS A SEREM FORNECIDOS



CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

ARTIGO 1.º - OBJECTO

1. O objecto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na Parte II deste Caderno de Encargos, no fornecimento de sacos de cimento- Paços de Ferreira/Ano 2017.
2. O presente concurso tem a seguinte designação: "20 /F/2017" – "Fornecimento sacos de cimento- Paços de Ferreira/Ano 2017".

ARTIGO 2.º - LOCAL DA ENTREGA DOS BENS

Os bens objecto do contrato serão entregues nas Oficinas Municipais do Município de Paços de Ferreira.

ARTIGO 3.º - DURAÇÃO DO FORNECIMENTO DE BENS

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **8 meses** a contar da data da elaboração do contrato em conformidade com os respectivos termos e condições e o disposto na lei sem prejuízo as obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
2. O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado por iniciativa da Câmara Municipal ou a requerimento do fornecedor devidamente fundamentado.

ARTIGO 4.º - PAGAMENTOS

1. Os pagamentos serão efectuados no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da fatura e a devida aceitação.
2. As facturas serão enviadas às entidades emissoras das encomendas ou para o serviço que estas indicarem.

ARTIGO 5.º - ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO

1. São encargos do Adjudicatário as despesas relativas à prestação da caução (quando aplicável) a que se refere o artigo 10.º do presente Cadernos de Encargos.
2. São responsabilidade do Adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.
3. São da responsabilidade exclusiva do Adjudicatário todas as obrigações que resultem da utilização directa ou indirecta de direitos de propriedade intelectual designadamente, desenhos registados, marcas de comércio ou fabrico, marcas registadas, patentes registadas ou licenças, bem como a obtenção das autorizações necessárias e o pagamento dos correspondentes encargos.
4. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário será responsável pelas reclamações e indemnizará a Entidade Adjudicante de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

ARTIGO 6.º - SIGILO

O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus trabalhadores e colaboradores venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Entidade Adjudicante.



ARTIGO 7.º - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da Entidade Adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
 - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente procedimento;
 - b) A Entidade Adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exacto e pontual cumprimento do contrato.

ARTIGO 8.º - PENALIDADES

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal pode exigir ao fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) O incumprimento do prazo de entrega pelo adjudicatário implicará uma penalidade no valor de dez euros, por cada dia de atraso e por cada encomenda com item(s) pendente(s). Os créditos resultantes das penalizações serão deduzidos mensalmente nas facturas ou na caução prestada pelo adjudicatário (quando aplicável a caução).
 - b) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Câmara Municipal pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 30 % do valor contratual.
2. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. A Câmara Municipal pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal exija uma indemnização pelo dano excedente.

ARTIGO 9.º - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves e outros conflitos colectivos de trabalho, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;



- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte e justificada, bem como deve informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

ARTIGO 10.º - CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, quando o preço contratual for inferior a € 200 000, não é obrigatória a prestação de caução.

ARTIGO 11.º - RESCISÃO DO CONTRATO

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento por parte do Adjudicatário a verificação de atrasos na entrega dos bens superior a 30 dias, ou a verificação de entregas com bens defeituosos ou a falta de prestação de esclarecimentos, por parte do prestador de serviços, na execução dos serviços contratados.

ARTIGO 12.º – RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

a) O montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Câmara Municipal, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos].

ARTIGO 13.º – PREVALÊNCIA

1. Fazem parte integrante do contrato o Caderno de Encargos, o Programa de Concurso e a Proposta do Adjudicatário.

2. Em caso de dúvidas prevalecerá em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e o Convite e, em último lugar, a Proposta do Adjudicatário.

ARTIGO 14.º – LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEL



Os contratos reger-se-ão exclusivamente pela legislação portuguesa, sendo competente para dirimir os eventuais conflitos ou litígios que resultem da sua execução, o foro do Tribunal Administrativo de Circulo de Paços de Ferreira, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

ARTIGO 15.º - PRODUTOS A ADQUIRIR

1. As especificações dos produtos a adquirir encontram-se expressas no Anexo A do presente Caderno de Encargos.
2. As quantidades de produtos mencionadas no Anexo referido no número anterior são meramente indicativas, podendo ser ajustadas de acordo com as necessidades das entidades adjudicantes, sem que isso implique alterações aos preços apresentados.

ARTIGO 16.º - SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTOS A FORNECER PELO ADJUDICATÁRIO

1. Na eventualidade de ser necessário proceder a substituição deste fornecimento durante o período de vigência do contrato, o Adjudicatário deverá apresentar o produto com características técnicas e qualidade semelhantes ao produto original, só podendo a substituição ser efectivada mediante prévia autorização da Entidade Adjudicante.
2. O preço do novo produto não poderá ser superior ao preço do produto substituído.

ARTIGO 17.º - ENTREGA DE BENS

1. A entrega dos bens, no Continente e nas Regiões Autónomas, deverá ser efectuada nos horários e locais definidos nas notas de encomenda, genericamente nas moradas dos organismos dentro dos respectivos horários de funcionamento ao público.
2. Os bens deverão ser entregues até oito dias úteis após a recepção da nota de encomenda pelo Adjudicatário.

ARTIGO 18.º - RELATÓRIOS DE GESTÃO

Não aplicável.

ARTIGO 19.º - PREÇO BASE

O preço máximo que a Câmara Municipal se dispõe a pagar pela aquisição dos bens é de **15.320,00€ (quinze mil e trezentos e vinte euros)**, a acrescer do IVA.

ARTIGO 20.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 21.º - CONTAGEM DOS PRAZOS



Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

ARTIGO 22.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Paços de Ferreira, 17 de Março de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Humberto Fernando Leão Pacheco Brito)



ANEXO A

**DESIGNAÇÃO/QUANTIDADES E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS BENS A
SEREM FORNECIDOS**



Município de Paços de Ferreira

ANEXO A

O presente procedimento tem como objeto o fornecimento de sacos de cimento Portland tipo CEM II/ 32,5N, em sacos de 40kg, a serem descarregadas nas Oficinas Municipais do Município de Paços de Ferreira, estando incluído o fornecimento e transporte desde as instalações do fornecedor até às Oficinas Municipais.



CADERNO DE ENCARGOS ESPECÍFICO

Fornecimento de sacos de cimento- Paços de Ferreira/Ano 2017



CADERNO DE ENCARGOS ESPECÍFICO

Fornecimento de sacos de cimento- Paços de Ferreira/Ano 2017

Cláusulas específicas

Cláusula 1.^a Localização

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o **fornecimento de sacos de cimento para os trabalhos dos Serviços de Administração Directa da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, durante o Ano 2017.**

Cláusula 2.^a

Documentos de Habilitação

Documentos de habilitação a prestar pelo adjudicatário para formação de contrato:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II que se encontra em anexo;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do art. 55.º do CCP.
- c) Declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objecto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

Cláusula 3.^a

Dispensa da prestação da caução

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, quando o preço contratual for inferior a € 200 000, não é obrigatória a prestação de caução.

Cláusula 4.^a

Preço base

O preço máximo que a Câmara Municipal se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviço relativas ao actual procedimento é de **15.320,00€ (quinze mil e trezentos e vinte euros)**, a acrescer de IVA á taxa legal em vigor.

Paços de Ferreira, 17 de Março de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Humberto Fernando Leão Pacheco Brito)



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória. (6);

d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada

(10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *i*) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



CADERNO DE ENCARGOS TÉCNICO

Fornecimento de sacos de cimento- Paços de Ferreira/Ano 2017

CADERNO DE ENCARGOS TÉCNICO

**Fornecimento de sacos de cimento- Paços de Ferreira/Ano
2017**

Cláusulas técnicas

O presente procedimento tem como objeto o fornecimento de sacos de cimento Portland tipo CEM II/ 32,5N de 40kg, a serem descarregadas nas Oficinas Municipais do Município de Paços de Ferreira, estando incluído o fornecimento e transporte desde as Vossas instalações até às Oficinas Municipais.

Paços de Ferreira, 17 de Março de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Humberto Fernando Leão Pacheco Brito)

